

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**CONTABILIDADE INTERNACIONAL: AS MUDANÇAS NO BALANÇO
PATRIMONIAL**

**Autor (a) Bruna Katiane da Silva
Orientador (a) Prof. Esp. Nataniel Tomasini**

JUÍNA/2012

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTABILIDADE INTERNACIONAL: AS MUDANÇAS NO BALANÇO
PATRIMONIAL**

**Autor (a): Bruna Katiane da Silva
Orientador (a): Prof. Esp. Nataniel Tomasini**

“Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA/2012

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Adilson Leite Lira
Examinador

Prof^ª. Ms. Cleiva Schaurich Mativi
Examinadora

Prof. Esp. Nataniel Tomasini
ORIENTADOR

Dedico este trabalho aos meus pais Waldir e Orlaides, a minha irmã Eduarda e também a meu marido João Célio e a meu filho Emanuel, que me apoiaram durante toda essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

No decorrer destes quatro anos, muitas pessoas acompanharam meus esforços para alcançar o meu objetivo tão sonhado, de concluir minha graduação. Gostaria de agradecer primeiramente a Deus e aos meus pais Waldir e Orlaides que estiveram desde o início, me apoiando e dando forças nos momentos mais difíceis para não desistir. Agradeço ao meu esposo João Célio e ao meu filho Emanuel por terem paciência em me esperar, sem esquecer-se das minhas amigas Creslaine, Daiane, Elaine e Janaine que me deram muita força para continuar indo em frente. Agradeço também aos meus professores que estiveram nos orientando nesta caminhada, principalmente a nossa professora e coordenadora Cleiva Shaurich Mattivi, e também ao meu professor orientador Nataniel Tomasini. Agradeço também a todos da direção e todos os funcionários da Ajes, pois estes de certa forma também contribuíram para a minha formação acadêmica.

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

(José de Alencar)

RESUMO

A contabilidade já existe há muitos anos, principalmente no Brasil, mas com o grande crescimento do mercado econômico a contabilidade também precisou evoluir juntamente com a economia. Para que tudo isso se torna possível foi necessário passar por adaptações, e essas adaptações são internacionais, ou seja, a Contabilidade passou a possuir padrões internacionais. Então a partir do ano de 2005 ao ano de 2010 todas as empresas passaram a apresentar suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. Então cabe aos profissionais de contabilidade, a partir desta data estarem cientes das mudanças ocorridas para informar seus clientes, porque estas mudanças não vieram trazer complicações, mas sim benefícios, principalmente aos usuários das informações concedidas pelas entidades, de suas atividades, uma vez que terão uma melhor visão e comparação das informações na hora das tomadas de decisão. Diante de todo esse cenário de mudanças, o objetivo desta pesquisa é analisar as mudanças que vem ocorrendo no balanço patrimonial com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, para ser alcançado o objetivo a metodologia utilizada na pesquisa são bibliográfica, qualitativa e descritiva, os resultados da pesquisa foram alcançados, demonstrando que o Balanço Patrimonial precisou ser alterado, visto que o Brasil esta sendo grande alvo de investimentos estrangeiros, e com a Lei 11.941/09 ele passa a ter uma nova estrutura que passa a ser o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante que substitui os dois grupos que foram retirados, e na nova estrutura o diferido não integra mais o Balanço Patrimonial e o Passivo passa a ser o Passivo Circulante, o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido, deixando de existir na nova estrutura do Balanço Patrimonial o Resultado de Exercícios Futuros.

Palavras-chave: Normas Internacionais. Balanço Patrimonial. IAS 1.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	22
QUADRO 2 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO.....	23
QUADRO 3 – ESTRUTURA DE UM BALANÇO PATRIMONIAL	28

LISTA DE ABREVIATURAS

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants – Instituto Americano de Contadores Públicos certificados.

BACEN - Banco Central do Brasil

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FASB - Financial Accounting Standards Board, Comitê de Contabilidade Financeira

IASB - International Accounting Standards Committee, Comitê de normas Internacionais de Contabilidade.

IAS - International Accounting Standards, Normas Internacionais de Contabilidade

IFRS - Normas Internacionais de Relatório Financeiro

CPC - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

SEC - Securities and Exchange Commission, Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	11
1.3 OBJETIVOS	11
1.3.1 OBJETIVO GERAL	12
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	12
1.5 JUSTIFICATIVA	12
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL	14
2.2 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
2.3 ÓRGÃOS REGULADORES DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL	16
2.4 IAS 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
2.5 EMPRESAS QUE DEVEM ADERIR AS NORMAS INTERNACIONAIS	24
2.6 CONTABILIDADE NO BRASIL	25
2.6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS OBRIGATÓRIAS	26
2.6.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL	26
2.6.1.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)	28
2.6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA)	29
2.6.1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)	29
2.6.1.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)	30
2.6.1.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	31
2.6.1.7 DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS (DOAR)	31
2.6.2 OBJETIVOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31
3. METODOLOGIA	32
3.1 CONCEITO DE PESQUISA	33
3.2 COLETA DE DADOS	34
3.3 LIMITAÇÃO DA PESQUISA	34
4. ANÁLISE E RESULTADOS	34
5. CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de abordar e conhecer melhor as Normas Internacionais de Contabilidade, pois com o grande crescimento do mercado econômico e financeiro e o país sendo alvo de investimentos e negociações Internacionais, tornou-se necessário a harmonização e a consolidação das normas brasileiras com as normas internacionais, trazendo principalmente a necessidade de apresentar o balanço patrimonial com as informações sobre as atividades empresariais de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

O balanço patrimonial tem o objetivo de apresentar toda a atividade financeira ocorrida na empresa no período, este é importante para toda a empresa, por que, assim a empresa poderá demonstrar qual é sua capacidade financeira, e estas informações econômicas e financeiras, poderão ajudar seus usuários na hora da tomada de decisão.

Essas informações segundo o IAS 1 – Apresentação das Demonstrações financeiras trouxe mudanças em relação às demonstrações financeiras com a intenção de dar uma melhor visão na hora de comparar balanços de uma entidade com a outra entidade. Antes da harmonização das normas contábeis os usuários de informações tinham dificuldade na hora da comparação dos balanços, porque cada país tinha uma forma de apresentar suas demonstrações, agora com a padronização das Normas Contábeis na maioria dos países, os usuários terão mais confiabilidade e facilidade na hora da comparação dos balanços, as empresas terão uma melhor apresentação das demonstrações financeiras.

As mudanças no balanço patrimonial vêm sendo padronizadas e harmonizadas conforme as Normas Internacionais de Contabilidade, que também estabelecem que todas as apresentações das demonstrações financeiras devem estar também consolidadas com estas normas, e as empresas que estiverem de acordo com os mesmos, passarão a fornecer ao usuário destas informações maior segurança nos resultados obtidos.

Os contadores de cada empresa devem manter-se informados de todas as leis contábeis, que trazem estas novas mudanças para as empresas apresentarem

suas demonstrações financeiras, pois o contador deve auxiliar seus clientes e passar a eles sobre os benefícios de suas demonstrações estarem de acordo com as Normas Internacionais de contabilidade.

Diante das novas mudanças podemos ver que os benefícios da comparação dos balanços trarão aos usuários confiabilidade e aos empresários transparência das suas atividades prestadas durante o período.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Para Cervo e Bervian (2002, p. 84) “problema é uma questão que envolve intrinsecamente uma dificuldade, teórica ou prática, para qual se deve encontrar uma solução”.

O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações contábeis responsável por fornecer informações sobre a situação patrimonial da empresa, ou seja, é uma ferramenta da contabilidade importante para as empresas, porque, com o balanço a empresa pode demonstrar de maneira clara e objetiva a sua situação patrimonial e financeira e as variações ocorridas no período do exercício.

Com o grande avanço do mercado econômico brasileiro, visto que o país tem procurado investir cada vez mais no mercado internacional, o Brasil tem se tornado uma alternativa para a aplicação de seus recursos aos olhos dos investidores estrangeiros. Para que esses investimentos se tornassem possível à contabilidade passou por convergências as Normas Internacionais, que vieram com o intuito de padronizar a apresentação das demonstrações contábeis e dar uma melhor visão das atividades exercidas pelas empresas, pois antes da convergência das normas contábeis os investidores tinham dificuldades para a interpretação das informações patrimoniais, porque cada país tinha uma maneira diferente de apresentar suas demonstrações financeiras. As normas internacionais já foram adotadas por diversos países, tornando-se uma linguagem global nas negociações.

Quais mudanças a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade trouxeram para o Balanço Patrimonial?

1.3 OBJETIVOS

Figueiredo (2004, p.88) define objetivos sendo:

Os objetivos devem ser o que o trabalho irá pesquisar, onde se quer chegar, quais as metas que se almeja alcançar. Dever ser formulados com cuidado, de modo que se respondam à questão norteadora e que sejam possíveis alcançá-los. Os objetivos podem ser subdivididos em objetivos gerais e objetivos específicos. (FIGUEIREDO, 2004)

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as mudanças que vem ocorrendo no balanço patrimonial com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as leis que regem estas mudanças no Balanço Patrimonial.

Destacar os princípios reguladores das Normas Internacionais da Contabilidade.

Analisar os aspectos que favorecem as mudanças ocorridas no Balanço Patrimonial.

Relacionar as principais alterações na apresentação do Balanço Patrimonial.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa volta-se ao estudo das principais alterações no Balanço Patrimonial, ocorridas com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, estas alterações passaram a ser exigidas principalmente no Brasil. Destacando a importância da harmonização e consolidação contábil para as empresas do país, apresentando uma comparação do Balanço Patrimonial, como ele era antes e como ficou a partir de 2009.

1.5 JUSTIFICATIVA

A contabilidade no Brasil passou por constantes mudanças, principalmente pelo fato do grande crescimento do mercado financeiro, diante disso a contabilidade passou a seguir as Normas Internacionais trouxeram muitas alterações para o ramo contábil, principalmente para o balanço patrimonial. A necessidade da harmonização das demonstrações financeiras é de grande importância para as empresas,

principalmente para aquelas que querem vender seus produtos e serviços para fora do país com a adoção das Normas Internacionais as informações das atividades financeiras da empresa trazem mais confiabilidade aos usuários e também uma melhor comparação das atividades do período de uma empresa com outra.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está dividido em cinco partes sendo eles:

PARTE I: Introdução, contextualização, problematização, objetivos gerais e específicos, delimitação da pesquisa, justificativa e estrutura do trabalho.

PARTE II: Referencial Teórico, Harmonização Contábil, Consolidação das Demonstrações Financeiras, Órgãos Reguladores da Contabilidade Internacional, **IAS 1** – Apresentação das Demonstrações Financeiras, Empresas que Devem Aderir as Normas Internacionais, Contabilidade no Brasil, Demonstrações Financeiras Obrigatórias, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos, Objetivos das Demonstrações Financeiras.

PARTE III: Metodologia, conceito de pesquisa, coleta de dados, limitação da pesquisa.

PARTE IV: Análise e resultado

PARTE V: Conclusão

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL

Com esses grandes desenvolvimentos que estão ocorrendo no meio empresarial e tecnológico o mercado internacional são o que mais se destaca dessa maneira a contabilidade acaba se tornando a principal ferramenta das empresas em seus negócios, assim a harmonização dos padrões contábeis facilitará a comunicação e reduzirá as grandes diferenças existentes.

Para Nyama (2008, p. 39) “harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas”.

Segundo Lunelli (Portal da Contabilidade):

A harmonização das normas contábeis é um processo de extrema relevância e altamente necessário para as companhias que operam em diversos países e que precisam apresentar informações as suas controladoras sediadas no exterior ou aos seus usuários internacionais (clientes, fornecedores, bancos, etc.). (LUNELLI)
(www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/padronizacao_normas.htm)

Com esse grande avanço da economia exigiu-se a padronização contábil, e tudo isso é uma maneira de dar ao usuário destas informações confiança e transparência.

Segundo Lunelli (Portal da Contabilidade):

A divulgação de informações sobre a situação patrimonial e financeira das empresas deve estar suportada em normas contábeis de alta qualidade que facilitem a análise, permitindo a comparabilidade com as outras empresas e facilitando o entendimento por parte dos usuários. (LUNELLI)
(www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/padronizacao_normas.htm)

Com as informações do balanço padronizadas com as novas normas além de facilitar as análises, e dar melhor comparação, ajuda os usuários destas informações nas tomadas de decisão.

2.2 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Segundo Most (1977) *apud* (SCHMIDT 2007, p. 160) “ressalta o fato de que a consolidação restringe a manipulação de resultados com a finalidade de ocultar

dos investidores e outros usuários interessados resultados desfavoráveis de companhias individuais”.

As consolidações das demonstrações contábeis é uma forma de tentar controlar e fornecer informações mais claras aos usuários das mesmas, evitando assim fraudes nas demonstrações empresariais.

Segundo Schmidt (2007, p.159 e 160):

No atual contexto de economia globalizada, insere-se o processo de consolidação das demonstrações financeiras, pois a necessidade de elaboração e divulgação de demonstração financeira consolidadas vem aumentando cada vez mais em função do crescente volume de transação de aquisição de empresas que se processam diariamente no mundo todo. Adicionalmente, segundo a maioria dos doutrinadores, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam uma informação mais útil aos seus usuários do que aquelas proporcionadas pelas demonstrações financeiras individuais de uma companhia que detém participações em outras empresas por elas controladas. (SCHIMIDT, 2007)

Com a globalização da economia torna-se cada vez mais necessário que entidades apresentem suas demonstrações financeiras consolidadas, pois assim as informações nelas contidas podem ajudar muito mais os usuários destas informações.

Segundo NBC T 8 (portal da contabilidade):

Demonstrações contábeis consolidadas são aquelas resultantes da agregação das demonstrações contábeis, estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, de duas ou mais entidades, das quais uma tem o controle direto ou indireto sobre a(s) outra(s). (NBC T 8)
(<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t8.htm>)

A consolidação das demonstrações financeiras das entidades é uma maneira de dar melhor suporte ao entendimento das informações sobre a entidade quando passadas aos usuários.

Segundo NBC T 8 (portal da contabilidade):

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado do exercício e a demonstração consolidada das origens e aplicações de recursos, complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos necessários ao esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados consolidados. (NBC T 8)
(www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t8.htm)

As entidades que aderirem à consolidação das suas demonstrações financeiras estão trazendo melhorias para si mesmas, ao transmitirem estas informações, pois elas consolidadas dão melhor entendimento ao usuário para uma tomada de decisão.

2.3 ÓRGÃOS REGULADORES DA CONTABILIDADE INTERNACIONAL

Alguns mecanismos foram criados com o intuito de acompanhar o crescimento e evolução do mercado de capital e ambiente corporativo empresarial no ramo da contabilidade e auditoria, o qual visa o crescimento dos negócios e investimentos interacionais envolvendo grandes riquezas ao redor do mundo.

Para isso foi criado nos Estados Unidos, o Financial Accounting Standards Board (FASB), ou seja, o Comitê de Contabilidade Financeira sendo este criado em 1º de junho de 1973.

Segundo Oliveira (2008, p. 7) este órgão tem o principal objetivo de, “emitir pronunciamentos contábeis, válidos para o setor privado da economia, e também, determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis”.

Para Schmidt (2007, p.13) “o Conselho de Padrões de Contabilidade Financeira (FASB), criado em 1973, caracteriza-se por uma entidade independente, cujos membros componentes devem ser totalmente desvinculados do mercado de capitais”.

Neste mesmo ano na Europa surge o International Accounting Standards Committee (IASC), ou seja, Comitê de normas Internacionais de Contabilidade.

Para Oliveira (2008, p. 8) o IASC tem as principais metas e objetivos:

- a) Formular e praticar as normas contábeis de interesse público, a serem cumpridas na apresentação das demonstrações contábeis e promover mundialmente sua aceitação e cumprimento;
 - b) Trabalhar em geral pela melhoria e harmonização das regulamentações, normas contábeis e procedimentos referentes às demonstrações contábeis.
- (OLIVEIRA, 2008)

Também nos Estados Unidos no ano de 1883, sua pratica contábil teve mais um órgão para regulamenta-la, o (AICPA) American Institute of Certified Public Accountants – Instituto Americano de Contadores Públicos certificados.

Segundo Hernandez (2005, p. 3) “o AICPA tem a missão de prover seus membros de recursos, informações e orientação que os habilitem a prestar serviços contábeis de alto valor agregado em benefício de seus empregadores, clientes e publico em geral”.

Outro órgão que também regulamenta a contabilidade é o (SEC) Securities and Exchange Commission – Comissão de Valores Mobiliários e Cambio.

Segundo Hernandez (2005, p. 32) diz que o SEC é:

Órgão responsável pela regulamentação do mercado americano de capitais e definição dos métodos aplicáveis à preparação de demonstrações contábeis e relatórios periódicos obrigatórios para as companhias abertas. Tem também o objetivo principal de assegurar aos investidores, principalmente minoritários, acesso a informações corretas e completas necessárias à tomada de decisão. (HERNANDEZ, 2005)

A lei 11.638/07 também regulamenta as mudanças contábeis, principalmente a do Balanço Patrimonial, pois ela representa um grande avanço na contabilidade brasileira, representando um grande avanço na atualização das leis e na harmonização e consolidação das normas contábeis, segundo Santos e Lima (2008):

Em Janeiro de 2000 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elaborou um Anteprojeto de Lei de reforma da Lei 6.404/76. A proposição teve, desde o início, por finalidade a modernização e harmonização da lei societária em vigor com os princípios fundamentais e melhores práticas contábeis internacionais, visando à inserção do Brasil no atual contexto de globalização econômica.

A ideia inicial da revisão da Lei 6.404/76 surgiu em seminários promovidos pela CVM, que contaram com a participação de entidades públicas e privadas, conferindo, a partir do debate público, legitimidade ao processo. A Lei 11.638 representa um importante avanço na atualização da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 e harmonização das normas contábeis brasileiras em direção ao IFRS. (SANTOS E LIMA, 2008).

(<http://www.artigonal.com/administracao-artigos/principais-mudancas-no-balanco-patrimonial-lei-1163807-611366.html>)

Temos também as (IFIRS) Normas Internacionais de Relatório Financeiro, que, que foi criada com o objetivo de também padronizar as Normas Brasileiras com as Normas Internacionais de Contabilidade segundo o IFIRSs (2008, p. 58):

As IFIRSs se aplicam a todas as demonstrações financeiras para fins gerais. Essas demonstrações financeiras são destinadas às necessidades de informações comuns de uma ampla variedade de usuários, por exemplo, acionistas, credores, empregados e o público em geral. O objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações sobre sua situação financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade, que sejam úteis a esses usuários na tomada de decisão econômica. (IFIRSs, 2008)

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que tem o objetivo de fiscalizar e regulamentar o mercado brasileiro, com o intuito de proteger os investidores, também é um dos órgãos reguladores das novas Normas Internacionais de Contabilidade. E segundo Santos e Lima (2008) a CVM:

É uma autarquia federal, criada com o objetivo de fiscalizar, regulamentar e desenvolver o mercado de valores mobiliários, visando ao seu fortalecimento. Tem por finalidade a fiscalização e a regulação do mercado de títulos de renda variável.

A Instrução da CVM em 13 de Julho de 2007 se dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB. (SANTOS E LIMA, 2008).
(<http://www.artigonal.com/administracao-artigos/principais-mudancas-no-balanco-patrimonial-lei-1163807-611366.html>)

Ao passo em que o mundo vai se globalizando e mudando juntamente com a economia, a contabilidade também muda e cresce e é por isso que estes órgãos regulamentadores surgiram para trazer melhorias ao mundo contábil e econômico.

2.4 IAS 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A IAS 1 - International Accounting Standards trouxe mudanças em relação às demonstrações financeiras com o intuito de dar uma melhor visão na hora de comparar balanços de uma entidade com a outra, e também pra uma melhor apresentação das demonstrações financeiras.

Segundo o IFIRS (2008 vol. 1, p. 772):

Esta Norma prescreve a base de apresentação de demonstrações financeiras para fins gerais para garantir a comparabilidade tanto com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quanto com as demonstrações financeiras de outras entidades. Ela estabelece requisitos gerais de outras a apresentação de demonstrações financeiras, diretrizes para a sua estrutura e requisitos mínimos para o seu conteúdo. (IFIRSS, 2008)

Esta norma deve ser aplicada em todas as elaborações de balanço, seja para qualquer que for o seu fim, ela apenas não se aplica a uma estrutura que esteja de acordo com a IAS 34- Relatório Financeiro Condensado.

Segundo o BACEN “o IAS 1 dispõe sobre as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas e divulgadas pelas entidades e base para a apresentação dessas demonstrações. O IAS 1 se aplica a todas as entidades que necessitem, ou não, de preparar demonstrações consolidadas”.

Esta norma aplica-se também ao setor público segundo e entidades com fins lucrativos, mas também se entidades sem fins lucrativos tanto públicas quanto privadas, ao utilizarem se desta Norma, terão de ter algumas modificações em suas descrições.

As demonstrações financeiras são ferramentas utilizadas para apresentar como esta à posição financeira de uma entidade e o seu desempenho, cujo objetivo, é fornecer informações sobre a entidade para uma tomada de decisão econômica ou

administrativa. As informações fornecidas pelas demonstrações financeiras são sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas, ganhos, perdas, fluxo de caixa e contribuição e distribuição dos proprietários.

Segundo IFIRSs (2008, vol. 1, p. 774) define:

Um conjunto completo de demonstrações financeiras compreende:

- a) Uma demonstração da posição financeira no final do período;
- b) Uma demonstração do resultado abrangente para o período;
- c) Uma demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período;
- d) Uma demonstração do fluxo de caixa para o período;
- e) Notas explicativas, compreendendo um resumo das principais políticas contábeis e outras informações; e
- f) Uma demonstração da posição financeira no início do período comparativo mais antigo em que uma entidade aplique uma prática contábil retrospectivamente, efetue uma reapresentação retrospectiva ou quando reclassifique itens em suas demonstrações financeiras. (IFIRSs, 2008)

As demonstrações financeiras devem ser apresentadas por uma entidade com mesma importância em um conjunto completo de demonstrações.

As demonstrações devem ser apresentadas de acordo com as IFIRSs, sempre passando segurança nos dados levantados, ou seja, estando sempre de acordo com as definições e critérios básicos de reconhecimento dos ativos e passivos.

Segundo IFIRS (2008, vol.1, p. 775):

Uma entidade cujas demonstrações financeiras estejam em conformidade com as IFIRSs fará uma boa declaração explícita e sem reservas dessa conformidade nas notas explicativas. Uma entidade não despreverá as demonstrações financeiras como estando em conformidade com as IFIRSs a menos que cumpra todos os requisitos.

Sendo assim não há nada em que impeça uma empresa de estar se adequando conforme as IFIRSs, pois estas adequações só trazem melhorias, e a Norma não exige um modelo específico de apresentação, mas que tenha pelo menos as informações de uma forma compreensível aos usuários.

Segundo BACEN:

As demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos anualmente. Quando se altera a data do balanço de uma entidade e as demonstrações contábeis anuais são apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano, uma entidade deve divulgar, além do período abrangido pelas demonstrações, a razão para usar um período mais longo ou mais curto e o fato de que os valores ali apresentados não são inteiramente comparáveis com as demonstrações anteriores. (BACEN) (http://www.bcb.gov.br/nor/convergencia/IAS_01_Apresentacao_das_Demonstracoes_Contabeis.pdf)

As empresas com o intuito de dar uma melhor visão de suas atividades devem apresentar suas demonstrações todo ano em conformidade com as IFIRS.

Segundo o IFIRSs (2008, p. 776) “uma entidade não pode retificar políticas contábeis inadequadas através da divulgação de políticas contábeis utilizadas ou através de notas explicativas ou outra divulgação explicativa”.

Uma entidade deve sempre aplicar em suas demonstrações requisitos contábeis em conformidade com as IFIRS, pois se no período anterior estas não foram aplicadas poderá afetar a mensuração do período corrente.

Segundo IFIRSs (2008, p. 777):

Ao preparar demonstrações financeiras, a administração fará uma avaliação da capacidade de uma entidade de continuar em operação. Uma entidade preparará demonstrações financeiras com base na continuidade operacional, a menos que a administração pretenda liquidar a entidade ou encerrar suas atividades, ou não tenha alternativa senão fazê-lo. [...] (IFIRSs. 2008)

As entidades devem passar por uma avaliação da administração para ver como esta o seu funcionamento e se ela pode dar continuidade em seus serviços. Por isso as demonstrações financeiras devem ser apresentadas a administração com base na continuidade operacional, pois assim terá boas informações para se chegar a uma conclusão.

O IFIRSs (2008, p. 777) afirma que “uma entidade preparará suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, usando contabilização pelo regime de competência”.

As demonstrações financeiras surgem de vários processamentos de transações ou eventos que são divididos e classificados conforme sua natureza. Então o processo de agregação, que é uma das partes finais, forma rubricas nas demonstrações financeiras, e se esta não for relevante será agregada em outra parte da demonstração ou poderá ser explicada nas notas explicativas.

O IFIRSs (2008, p. 778) “uma entidade não compensará ativos e passivos ou receitas e despesas, exceto se exigido, ou permitido por uma IFIRS”.

As empresas divulgam os resultados de seus ativos e passivos separado das receitas e despesas, isso para a compensação nas demonstrações poderá trazer aos usuários destas informações dificuldade no entendimento das transações e eventos e também ao analisar o fluxo de caixa.

Segundo o IFIRSS (2008, p.778):

Normalmente uma entidade prepara demonstrações financeiras de forma consistente para o período de um ano. Entretanto por razões práticas, algumas entidades preferem preparar demonstrações, por exemplo, para um período de 52 semanas. Esta Norma não impede essa prática. (IFIRSS, 2008)

Então fica a critério de cada empresa a maneira de apresentar suas demonstrações, desde que esteja em conformidade com a Norma.

Segundo o IFIRSS (2008, p. 778):

Exceto quando as IFIRSS permitirem ou exigirem de outra forma, uma entidade divulgará informações comparativas em relação ao período anterior para todos os valores informados nas demonstrações financeiras do período corrente. Uma entidade incluirá informações comparativas para informações narrativas e descritivas quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. (IFIRSS, 2008)

As empresas por sua vez devem então sempre apresentar dois balanços e também mais duas de cada uma de suas demonstrações, todas juntamente com suas notas explicativas.

Segundo o CPC 26:

[...] Quando os montantes apresentados para fins comparativos são reclassificados, a entidade deve divulgar:

- (a) a natureza da reclassificação;
- (b) o montante de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e
- (c) a razão para a reclassificação. (CPC 26)

(<http://www.contabilidadeinternacional.com.br/index.php/comite-de-pronunciamentos-contabeis/pronunciamentos/59.html>)

As demonstrações financeiras devem ser reclassificadas apenas se a empresa mudar sua maneira de apresentação ou classificação dos seus itens.

O CPC 26, também informa:

Quando for impraticável reclassificar montantes apresentados para fins comparativos, a entidade deve divulgar:

- (a) a razão para não reclassificar os montantes; e
- (b) a natureza dos ajustes que teriam sido feitos se os montantes tivessem sido reclassificados. (CPC 26)

(<http://www.contabilidadeinternacional.com.br/index.php/comite-de-pronunciamentos-contabeis/pronunciamentos/59.html>)

Estas mudanças com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade são uma maneira de melhorar a vida empresarial, então ao melhorar o modo de comparar todas as informações pode dar aos usuários destas informações uma boa ajuda ao tomar uma decisão econômica.

Segundo o IFIRSS (2008, p. 779):

Uma entidade manterá a apresentação e classificação dos itens nas demonstrações financeiras de um período para o próximo, exceto se:

a) For aparente, após uma mudança significativa ou revisão de suas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação seria mais adequada considerando os critérios para a seleção e aplicação das políticas contábeis na IAS 8; ou

b) Uma IFIRS exigir uma mudança na apresentação.

(<http://www.contabilidadeinternacional.com.br/index.php/comite-de-pronunciamentos-contabeis/pronunciamentos/59.html>)

As empresas ao apresentarem suas demonstrações financeiras e estas forem alteradas, deve-se ter o cuidado para não passar informação errada, sendo estas fornecidas de maneira relevante e confiável ao seu usuário.

Com a criação da Lei 11.941 de 2009, houve muitas modificações no Balanço Patrimonial, com o intuito de trazer benefícios as empresas, e facilitar o entendimento na hora da leitura das informações das atividades financeiras das empresas.

De acordo com o CPC 26, os quadros 1 e 2 mostram como era e como ficou o balanço patrimonial segundo as Normas Internacionais de Contabilidade.

QUADRO 1

Antes	Agora	Lei
Ativo Circulante	Ativo Circulante	Redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009
Ativo Realizável a Longo Prazo	RETIRADO	Redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009
Ativo Permanente Investimento Imobilizado Diferido	Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo Investimento Imobilizado Intangível	Redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Fonte: Ângela Portela, Comissão de Pronunciamentos Contábeis – CPC 26.

Com a Lei 11.941/2009 o ativo sofreu algumas mudanças, antes ele era composto por três grandes grupos: o Ativo Circulante, o Ativo Realizável a Longo Prazo, e Ativo Permanente, agora o ativo fica compreendido apenas por dois grandes grupos: o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante que substitui os dois grupos que foram retirados, e na nova estrutura o diferido não integra mais o Balanço Patrimonial.

QUADRO 2

Antes	Agora	Lei
Passivo Circulante	Passivo Circulante	Redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009
Passivo Exigível a Longo Prazo	RETIRADO	Redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009
Resultado de Exercícios Futuros	RETIRADO	Redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009
Patrimônio Líquido Capital Social Reserva de Capital Reserva de Reavaliação Reservas de Lucro Lucros ou Prejuízos Acumulados	Passivo Não Circulante Passivo Exigível a Longo Prazo Patrimônio Líquido Capital Social Reservas de Capital Ajustes de Avaliação Patrimonial Ações em Tesouraria Prejuízos Acumulados	Redação dada pela Lei nº 11.941 de 2009

QUADRO 2 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Fonte: Ângela Portela, Comissão de Pronunciamentos Contábeis – CPC 26.

De acordo com a Lei 11.941/2009, no passivo houve algumas mudanças visando melhorias em seu entendimento, antes o passivo era dividido em quatro grandes grupos: o Passivo Circulante, o Passivo Exigível a Longo Prazo, o Resultado de Exercícios Futuros, e o Patrimônio Líquido, e agora ele passa a ser composto por apenas três grandes grupos: o Passivo Circulante, o Passivo Não

Circulante e o Patrimônio Líquido, deixando de existir na nova estrutura do Balanço Patrimonial o Resultado de Exercícios Futuros.

2.5 EMPRESAS QUE DEVEM ADERIR AS NORMAS INTERNACIONAIS

O IASB órgão emissor das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) estabelece que alguns países adotem este novo padrão contábil, e desde o ano de 2005, as empresas europeias que estão na lista da Bolsa de Valores, devem por obrigatoriedade apresentar suas demonstrações financeiras com os novos padrões contábeis. O mesmo estabelece o prazo de até o ano de 2010 para que estas normas sejam adotadas.

Segundo Gruenfeld (2007):

No Brasil, uma das iniciativas em torno da convergência de nossas normas com as internacionais veio do Banco Central (BACEN), obrigando todas as empresas sob sua regulação a preparar as demonstrações contábeis com plena aplicação das IFRS a partir de 31 de dezembro de 2010. A CVM acaba de divulgar uma minuta de instrução que exige que as companhias abertas adotem o padrão contábil internacional para as demonstrações contábeis anuais consolidadas a partir de 2010, facultando sua adoção antecipada. De acordo com a referida minuta de instrução, as demonstrações contábeis individuais e trimestrais continuariam sendo feitas de acordo com as práticas brasileiras. Desta forma, as empresas fariam uma nota explicativa conciliando o padrão internacional e o brasileiro. (GRUENFELD, 2007) (www.cpc.org.br/noticias25.htm)

Com as Normas Internacionais de Contabilidade muitas mudanças ocorreram e assim muitas empresas tiveram que aderir a estas novas normas, de início estas normas não atingiria as micro e pequenas, sendo assim o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), emitiu o “CPC PME” o qual volta-se para as micro e pequenas empresas, obrigando-as a aderirem as normas internacionais.

Para Sá (2010):

O que acontece caso estas empresas não apresentem suas demonstrações contábeis em conformidade com as novas normas? O impedimento de participar em concorrências públicas e a restrição de acesso à linhas de crédito são apenas duas consequências que influenciarão, diretamente, o caixa das empresas no curto prazo. A longo prazo, a impossibilidade de avaliar o desempenho destas empresas, comparando-os com indicadores de outras empresas, que já tenham se enquadrado nas novas normas contábeis, poderá ser fatal, tal qual alguém tateando no escuro e sem saber onde está. (SÁ, 2010) (www.classecontabil.com.br/artigos/ver/2114)

As empresas não podem afirmar que desconhecem e não sabem de todos estes acontecimentos causados pelas mudanças que estão ocorrendo no ramo

contábil, pois as leis de regulamentação das Normas Internacionais de Contabilidade estão publicadas, e não são para dar trabalho, mas sim para dar suporte e ajuda principalmente nas tomadas de decisão.

Sá (2010) também diz o seguinte:

Estes motivos são mais do que suficientes para estimular os profissionais de Contabilidade a estudarem as novas regras e se tornarem personagens principais na vida destas empresas, além da obrigação de conscientizar os empresários a modificarem procedimentos operacionais internos que possam influenciar no processo de contabilização, de forma que a elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as novas regras, torne-se, também, um benefício para as micro e pequenas empresas no Brasil. (SÁ, 2010)
(www.classecontabil.com.br/artigos/ver/2114)

Os contadores devam estudar e conhecer todas as novas leis para poder estar informando seus clientes, pois não adianta dizer que não sabe, pois leis são publicadas. O não enquadramento das novas normas pode gerar problemas as entidades, por isso o contador tem um grande papel em se manter informado com intuito de trazer melhorias às empresas de seus clientes.

2.6 CONTABILIDADE NO BRASIL

No Brasil a contabilidade começou a se desenvolver e evoluir juntamente com a economia do país, prestando um serviço de grande importância para a sociedade servindo de ferramenta de gestão e controle, entre os anos de 1970 e 1975, com o mercado de capitais ainda em desenvolvimento e reforma bancária. Segundo Jorge Katsumi Nyama (2008, p.6) os principais passos foram:

- a) Obrigatoriedade de as companhias abertas terem suas demonstrações contábeis auditadas por auditores independentes; b)
- b) Publicação da Circular nº 179/72 pelo Banco Central do Brasil, padronizando a estrutura e forma de apresentação das demonstrações contábeis de companhias abertas; e
- c) Influência da escola norte-americana de contabilidade com início do estudo sobre princípios contábeis e promulgação da Lei nº 6404/76 sob esta influência. (NYAMA, 2008)

O Brasil sofreu grandes mudanças econômicas e comerciais e dentre os que marcaram significativamente destacaram-se as altas inflações, o que ocasionou uma grande desvalorização da moeda cambial.

Segundo Langoni (2010):

A contabilidade no Brasil passa pelo que podemos chamar de uma verdadeira “Revolução”. São tantas as mudanças que os profissionais precisam, literalmente, aprender a aprender. Vivemos em um momento de

convergências das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade, fato que se tornou imprescindível e irresistível a partir da inserção do país nos mercados internacionais, bem como o fato de que os investidores estrangeiros veem no Brasil, cada vez mais, uma alternativa para a aplicação de seus recursos. Mais de cem países já adotaram os padrões internacionais para servir como uma linguagem contábil global, que sirva de base nas negociações transnacionais. (LANGONI, 2010)
(www.faccaci.edu.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=105:uma-visao-da-contabilidade-no-brasil&catid=58:producao-docente&Itemid=91)

Como o mercado de capitais brasileiro teve um crescimento significativo, visto que o país tem procurado investir cada vez mais no mercado internacional, procurando investidores estrangeiros, e para que isso se tornasse a contabilidade passou por convergências as Normas Internacionais, que vieram com o intuito de dar uma melhor visão das atividades exercidas pelas empresas. As normas internacionais já foram adotadas por diversos países, tornando-se uma linguagem global nas negociações.

2.6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS OBRIGATÓRIAS

As demonstrações contábeis ou financeiras obrigatórias para as empresas são Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos seno esta facultativa para fins lucrativos, Objetivos das Demonstrações Financeiras que são apresentadas a seguir.

2.6.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma maneira de a empresa demonstrar contabilmente como esta sua situação patrimonial e financeira. No balanço são apresentadas contas agrupadas e registradas de acordo com sua natureza para que os usuários destas informações tenham um fácil conhecimento das atividades da empresa para assim analisa-la.

Segundo a EQUIPE CPCON:

Uma das principais atividades realizadas dentro da Gestão Patrimonial com certeza é o fechamento do Balanço Patrimonial. A principal função do balanço patrimonial é fornecer um quadro preciso da contabilidade e

situação financeira da empresa em um certo período (geralmente o balanço é feito sobre o período de 1 ano). O balanço patrimonial é considerado uma das principais declarações financeiras de uma empresa e deve ser produzido de maneira precisa e rigorosa, a fim de auxiliar um Controle do patrimônio eficiente. (EQUIPE CPCON)

(www.cpcon.eng.br/gestao-patrimonial/gestao-e-financas/balanco-patrimonial-conceitos-basicos/)

Para Ribeiro (2009, p. 392) “Balanço Patrimonial é a demonstração financeira (contábil) destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da empresa”.

Para se chegar a uma boa análise da atividade financeira da empresa, os resultados patrimoniais são apurados de maneira a encerrar o exercício, depois são separadas e classificadas conforme sua natureza, como ativo ou passivos ou patrimoniais, para assim o balanço ser elaborado.

Segundo Santos e Lima (2008):

Ativo compreende os bens e direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capaz de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos. Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação. Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo. (SANTOS E LIMA 2008)

(<http://www.artigonal.com/administracao-artigos/principais-mudancas-no-balanco-patrimonial-lei-1163807-611366.html>)

O Balanço Patrimonial é uma demonstração financeira (contábil) muito importante para as empresas e nele são evidenciadas todas as atividades ocorridas no período de atividade da empresa.

Segundo Ribeiro (2009, p. 392):

O Balanço Patrimonial deve compreender todos os bens e direitos, tanto tangíveis (materiais) como intangíveis (imateriais), as obrigações e o Patrimônio Líquido da empresa, levantados a partir dos resultados contábeis no seu livro razão. (RIBEIRO, 2009)

Para o Balanço Patrimonial ser elaborado é preciso que o exercício da empresa tenha sido encerrado e apurado e é preciso que todos os lançamentos tenham sido feitos e registrados devidamente em livro diário e razão, ou em outros documentos conforme for o caso de cada empresa.

O quadro 3 mostra como é a estrutura de um Balanço Patrimonial:

QUADRO 3

Balço Patrimonial	
Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	Passivo Exigível a Longo Prazo
Ativo Permanente	Resultados de Exercícios Futuros
Investimento	Patrimônio Líquido
Ativo Imobilizado	Capital Social
Ativo diferido	Reserva de Capital
	Reserva de Reavaliação
	Reserva de Lucros
	Lucros/Prejuízos Acumulados

QUADRO 3 – ESTRUTURA DE UM BALANÇO PATRIMONIAL

Fonte: Anderson Cardoso Silva Licitação e contratação

O balanço patrimonial para toda a empresa ele é muito importante, pois é com ele que ela mostra toda a sua capacidade econômica e financeira, podendo assim auxiliar nas tomadas de decisões.

2.6.1.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A Demonstração de Resultado do Exercício também é um dos relatórios muito importantes para empresas, pois é com ela que os resultados do período são evidenciados sejam de lucros ou prejuízos.

Para Sá (2006, p. 103) “a demonstração do resultado do exercício tem como objeto evidenciar os componentes do lucro ou da perda, em um período (geralmente de um ano)”.

Segundo Ribeiro (2009, p. 407):

A DRE, portanto, é uma demonstração contábil que evidencia o resultado econômico, isto é, o lucro ou o prejuízo apurado pela empresa no desenvolvimento das suas atividades durante um determinado período que geralmente é igual a um ano. (RIBEIRO, 2009)

Para ser elaborada a DRE são utilizadas as contas de despesas e custos e também as contas de receitas, que ocorreram no período, que são coletadas em

livros razão. A DRE também não deixa de ser importante, pois nelas também são evidenciadas informações das atividades da empresa que podem ajudar em uma tomada de decisão.

2.6.1.3 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA)

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) proporciona o resultado da empresa e as mudanças nos lucros ou prejuízos acumulados para o período de divulgação das informações das atividades ocorridas.

Segundo Sá (2006, p. 104):

A demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, como bem indica a denominação, visa a evidenciar o que a empresa capitalizou (pela acumulação de lucros) ou descapitalizou (pela acumulação de perdas) em matéria de resultados. (SÁ, 2006)

Para Ribeiro (2009, 412) “a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é um relatório contábil que tem por finalidade evidenciar a destinação do lucro líquido apurado no final de cada exercício”.

A DLPA é muito importante para a empresa, pois assim a empresa poderá saber todo o final de período de atividades as variações ocorridas, ou seja, como foi o seu lucro (credor) ou prejuízo (devedor), que estão lançadas no patrimônio líquido.

2.6.1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO (DMPL)

A DMPL é uma das demonstrações que mostra as variações que ocorreram no período, de todas as contas do Patrimônio Líquido.

Segundo CRC/PR (2011):

Trata-se da demonstração que apresenta lucro ou prejuízo do período, itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido do período, os efeitos das alterações na política contábil e correção de erros reconhecidos no período, e as quantias das transações com sócios em sua condição de sócios durante o período. (CRC/PR)
(http://www.manoel.pro.br/2011_demonstracoescontabeis.pdf)

Ribeiro (2009, p. 414) cita NBC T 3.5 “a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é um relatório contábil que visa a evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o Patrimônio Líquido em um determinado Período”.

A DMPL embora tenha uma maneira diferente de ser apresentada, tem os mesmos objetivos que a DLPA, portanto ela pode substituí-la ao ser fornecidas as informações das atividades das empresas.

2.6.1.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

O fluxo de caixa representa as entradas e saídas, ou seja, toda a movimentação ocorrida no caixa ocorrida no exercício da empresa. A Demonstração do Fluxo de Caixa, dá ao usuário destas informações a probabilidade de avaliar como foram alcançados e como foram usados os recursos nas atividades financeiras, obtidas pela coerência do controle de contas a receber com o contas a pagar.

Segundo Oliveira (2008, p. 13) existem duas maneiras de demonstrar estas movimentações “a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos (DOAR) possuem objetivos distintos, porém convergentes em seus fins”.

A Lei 11638 foi publicada em 28 de dezembro de 2007 esta Lei alterou ao art. 176 da Lei 6404/76, a qual tem o objetivo dá as empresas abertas e fechadas que possuam um patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00, a obrigatoriedade de divulgar suas demonstrações.

Para Oliveira (2008, p. 15):

Apesar das divergências, a demonstração do fluxo de caixa vem sendo adotada por muitas empresas como medidas de análise de performance, monitoramento de endividamento, giro das contas a receber, das contas a pagar, estoques e o dos investimentos diretos. (OLIVEIRA, 2008)

A DFC é utilizada por todas as empresas, com o intuito de mostrar aos usuários de informações como esta a movimentação das entradas e saídas de dinheiro das empresas, ou seja, a DFC evidencia todas as movimentações ocorridas no período que ocasionaram mudanças no saldo da conta caixa.

2.6.1.6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A demonstração do valor adicionado tem por objetivo demonstrar a riqueza da empresa e como ela é distribuída entre os diversos setores da empresa e demonstrando como cada um contribuiu, durante o período.

Segundo Ribeiro (2009, p. 427):

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza a empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valores aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, Acionistas, financiadores de capital), bem como a parcela não distribuída. (RIBEIRO, 2009)

A Demonstração do Valor Adicionado fornece uma visão mais compreensiva sobre a real competência de uma empresa produzir riqueza e sobre a forma como distribui essa riqueza e como ela deve ser distribuída. A DVA é uma maneira de favorecer aos usuários de informações transparência e confiabilidade, sobre como está a atividade financeira da empresa.

2.6.1.7 DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS (DOAR)

A DOAR é um relatório financeiro que tem o objetivo apresentar as informações da empresa que estão relacionadas a financiamentos e investimentos durante o período do exercício, e onde estes recursos ocasionam mudanças no capital circulante.

Segundo Sá (2006, p. 103)

As demonstrações de Origens e Aplicações visa a evidenciar o que ocorre com o capital circulante das empresas (também dito capital de giro), em matéria de variações ocorridas, evidenciando se a empresa aumentou ou diminuiu os seus recursos financeiros. (SA, 2006)

A DOAR procura demonstrar as origens dos recursos que aumentam a folga financeira da empresa a curto prazo e as aplicações de recursos que consomem essa folga. A DOAR, por sua vez, foi substituída pela DFC.

2.6.2 OBJETIVOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos padrões contábeis o objetivo das demonstrações financeiras é de fornecer informações sobre como esta a empresa em relação ao seu financeiro, para dar suporte assim nas tomadas de decisão.

Para o IFIRSS (Normas internacionais de Relatório Financeiro, 2008, p.70):

As informações sobre o desempenho de uma entidade, em particular sua lucratividade, são necessárias para avaliar as possíveis mudanças nos recursos econômicos que ela provavelmente controlará no futuro. As informações sobre a variabilidade do desempenho são importantes neste aspecto. As informações sobre o desempenho são úteis na previsão da capacidade da entidade de gerar fluxos de caixa a partir de sua base de recursos existentes. Também são úteis na formação de julgamento sobre a eficácia com que a entidade poderia usar recursos adicionais. (IFIRSS, 2008)

Mesmo que estas informações influenciem nas tomadas de decisão, as demonstrações financeiras não repassam todas as informações necessárias aos usuários, dentro das quais as informações não financeiras não são informadas, o que também podem influenciar nas decisões econômicas dos usuários.

Para Hernandez (2005, p. 12) o objetivo destas mudanças é de permitir ao investidor estrangeiro melhor acompanhamento de seu investimento, já que as demonstrações convertidas estarão expressas na moeda corrente de seu país.

Segundo IFIRSBASIL.com (2011):

O objetivo das demonstrações financeiras de propósito geral é fornecer informações financeiras sobre a entidade que sejam úteis para os atuais e futuros investidores e credores em suas tomadas de decisões sobre o fornecimento de recursos para a entidade. (IFIRSBASIL, 2011)
(<http://ifrsbrasil.com/demonstracoes-contabeis/apresentacao/estrutura-conceitual-objetivo-das-demonstracoes-financeiras-e-suas-caracteristicas-qualitativas>)

Contudo pode-se dizer que as informações fornecidas pelas entidades, de suas demonstrações financeiras, são aqueles usuários que não podem estar exigindo informações específicas das entidades, como por exemplo os fornecedores, o governo, e funcionários.

3. METODOLOGIA

O método é algo que se objetiva a investigação científica de um fato, ao qual se quer conhecer a realidade dos mesmos.

Segundo Cerro e Bervian (2002, p. 25):

O método científico, segue o caminho da dúvida sistemática, metódica, que não se confunde com a dúvida universal dos céticos que é impossível. O cientista, sempre que lhe falta a evidência como arrimo, precisa questionar e interrogar a realidade. (CERRO E BERVIAN, 2002)

Cervo e Bervian (2002, p. 25) o método científico, mesmo aplicado no campo das ciências sociais, deve ser aplicado de modo positivo, e não de um modo normativo, isto é, a pesquisa positiva deve procurar-se como é não como se pensa que deve ser.

3.1 CONCEITO DE PESQUISA

A presente pesquisa é bibliográfica, a qual consiste em analisar os objetivos em busca de resolver o problema e também para trazer melhor conhecimento e informações sobre a pesquisa em questão, para o qual serão utilizados referenciais teóricos.

Para Cervo e Bervian (2002 pag. 65):

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, ou problema. (CERVO E BERVIAN, 2002)

A pesquisa com seus objetivos também pode ser classificada como qualitativa, segundo Figueiredo (2004, p. 107):

As pesquisas qualitativas trabalham com dados não qualificáveis, coletam e analisam materiais pouco estruturados e narrativos, que não necessitam tanto de uma estrutura, mas em compensação requerem o envolvimento do pesquisador ao máximo. Desta forma, este tipo de pesquisa produz grandes quantidades de dados narrativos, dispensando grandes amostras, visto que o pesquisador qualitativo tem de evitar controlar a pesquisa, para que o estudo permaneça no contexto naturalista. (FIGUEIREDO, 2004)

A pesquisa com o intuito de querer resolver o problema também pode ser classificada como descritiva.

Cervo e Bervian (2002, p. 66) comentam “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos variáveis sem manipula-los.”

Cervo e Bervian (2002, p. 66) a pesquisa descritiva também desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos.

3.2 COLETA DE DADOS

Todos os dados abordados na pesquisa, tanto bibliográficos, qualitativos como descritivos foram coletados em livros do acervo da biblioteca e em sites confiáveis, sendo que este processo iniciou com a escolha dos livros a serem utilizados, e depois a leitura dos textos selecionados para assim elaborar a pesquisa e fazer a análise dos dados alcançados.

3.3 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Apesar de ter encontrado vários livros que abordavam o tema, houve a dificuldade na interpretação, pois um dos livros, o IFIRSS, utilizava de muita linguagem técnica, sendo que este foi o que mais abordou o tema e o que mais foi utilizado, todos abordavam um pouco sobre o tema, mas não o quanto eu precisava.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

A contabilidade hoje passou a ser um dos serviços mais importantes a ser adotados pelas empresas, seja ela qual for, microempresa, pequena e média empresa, ou de grande porte, todas tem a contabilidade como uma principal ferramenta na hora das tomadas de decisão.

No Brasil por volta dos anos 70 a Contabilidade passou a evoluir juntamente com a economia e a globalização, tornando-se uma ótima ferramenta de gestão,

então o mercado não podia ficar parado diante desse grande crescimento o mercado foi obrigado a se adaptar as mudanças.

Com todos esses avanços da economia a contabilidade precisou adaptar-se as novas leis da contabilidade, ou seja, adequar-se de acordo com as novas leis fiscais, adequando-se aos parâmetros das Normas Internacionais de Contabilidade dos EUA – Estados Unidos da America.

A partir do ano de 2005 as empresas procuram se adaptar as novas leis, pois ate o ano de 2010 todas às empresas devem estar fazendo suas demonstrações financeiras de acordo com as novas normas internacionais de contabilidade.

Mas todas estas mudanças não vieram para dificultar o trabalho do contador e da empresa, mas sim para ajuda-los, pois no mercado externo e interno os usuários das informações das demonstrações financeiras terão uma melhor visão ao comparar as demonstrações das atividades empresariais. Com isso esses usuários passarão a ter mais confiança e transparência nas informações coletadas.

A padronização ou harmonização das normas contábeis só ocorreu por causa disso, muitas vezes não se podia entender ou confiar nas informações passadas ao se comparar as informações, pois apresentavam diferenças, com a padronização fica tudo igual, e assim os usuários tem mais conforto ao tomarem uma decisão.

Também com o mesmo intuito da harmonização surge à consolidação das demonstrações contábeis cujo qual tem o objetivo de tentar controlar e fornecer informações mais claras aos usuários das informações concedidas pelas empresas, evitando assim fraudes nas demonstrações empresariais. Com a globalização e o crescimento da economia tudo isso se tornou necessário, pois as informações contidas nas demonstrações consolidadas ajudam na hora da tomada de decisão econômica.

As empresas precisam apresentar seu Balanço Patrimonial, principalmente estando de acordo com as novas normas, pois o balanço patrimonial é uma maneira de a empresa demonstrar contabilmente como esta sua situação patrimonial e financeira. No Balanço Patrimonial são apresentadas todas suas contas agrupadas e registradas de acordo com sua natureza para que os usuários destas informações não encontrem nenhuma dificuldade ao analisar as informações ali contidas e

tenham um fácil conhecimento das atividades da empresa para assim chegar a uma decisão.

Com a Lei 11.941/2009 o Ativo sofreu algumas mudanças, passando a ser compreendido apenas por dois grandes grupos: o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante que substitui os dois grupos que foram retirados, e na nova estrutura o diferido não integra mais o Balanço Patrimonial. De acordo com a Lei 11.941/2009, o Passivo também teve algumas mudanças visando melhorias em seu entendimento, e passa a ser composto por apenas três grandes grupos: o Passivo Circulante, o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido, deixando de existir na nova estrutura do Balanço Patrimonial o Resultado de Exercícios Futuros.

São vários os órgãos que regulamentam essas novas normas contábeis, mas as padronizações devem seguir principalmente normas das IFIRS, a qual traz estas mudanças com a Norma, com o objetivo de melhorar a vida empresarial, na hora de o usuário comparar as informações antes de tomar qualquer decisão.

Contudo estas mudanças só vieram com intuito de trazer melhorias, e é necessário se adaptar a estas novas normas para não perder a oportunidade enquanto empresários, e o que resta aos contadores é se aprofundar cada vez mais nestas mudanças para manter seus clientes informados, e mostrar os benefícios destas Normas para o sucesso empresarial.

5. CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa pode-se perceber a contabilidade passou a evoluir juntamente com o mercado econômico e tornou-se a principal ferramenta de gestão e controle para empresas.

Com o grande desenvolvimento econômico do Brasil a contabilidade precisou passar por adaptações que mudam a maneira das demonstrações financeiras serem apresentadas, visto que o Brasil se tornou alvo dos grandes

investimentos dos estrangeiros, por isso as Normas Internacionais de Contabilidade começaram a ser adotadas em todo o país.

Ficou evidenciado que as Normas Internacionais de contabilidade ao serem aplicadas nas demonstrações financeiras das empresas trazem mais transparência e confiabilidade na hora de demonstrar suas atividades financeiras e passar estas informações aos usuários os quais terão mais facilidade de interpretação destas informações.

As empresas estão obrigadas a passar informações de suas atividades nas demonstrações financeiras de acordo com as novas normas, pois o objetivo das demonstrações financeiras é de fornecer informações sobre como esta a empresa em relação ao seu financeiro, para dar suporte assim nas tomadas de decisão dos usuários destas informações.

O IAS 1- Apresentação Das Demonstrações Financeiras destacou que as mudanças ocorridas no balanço patrimonial evidenciam aos usuários das informações contidas nos balanços maior transparência e possibilidade de comparação podendo contribuir nas tomadas de decisão.

Com o grande avanço do mercado financeiro em todo o mundo, a contabilidade precisou passar por mudanças, porque a dificuldades na hora da comparação dos balanços empresas, porque o balanço patrimonial é apresentado de varias maneiras, o que dificulta o setor administrativo na hora das tomadas de decisão, o que trouxe assim uma necessidade da harmonização contábil em todos os países.

O balanço patrimonial é uma das demonstrações contábeis importante para as empresas, pois este apresenta todas as atividades financeiras realizadas pelas empresas, é com as informações contidas no balanço que o setor administrativo chega a uma decisão sobre o que deve ser feito no período.

Verifica-se que diante do grande crescimento econômico e a globalização, a contabilidade teve que evoluir, e essa evolução foram para trazer melhorias, os contadores e as empresas precisaram se adaptar a essas mudanças.

Hoje, com tantas informações em sites e revistas que são publicados, parece difícil afirmar que se desconhece tal lei, pois ela esta vigente e veio para ajudar. O contador passou a ter seu trabalho mais valorizado, portanto cabe ao

profissional contábil continuar a se valorizar, procurando saber tudo o que vem ocorrendo na sua profissão, mantendo os seus clientes informados e cientes do que esta acontecendo, é parte do trabalho do profissional contábil, o qual deve buscar de todas as maneiras adaptar-se às novas normas, as quais poderão contribuir para o sucesso empresarial tanto nacional como internacional.

Conclui-se então que as mudanças ocorridas no Balanço Patrimonial com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, constituída com a Lei 11.941/2009 deixando o Ativo a ser compreendido apenas por dois grandes grupos: o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante que substitui os dois grupos que foram retirados, e na nova estrutura o diferido não integra mais o Balanço Patrimonial. De acordo com a Lei 11.941/2009, o Passivo passando a ser composto por apenas três grandes grupos: o Passivo Circulante, o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido, deixando de existir na nova estrutura do Balanço Patrimonial o Resultado de Exercícios Futuros, o que é muito importante para todas as empresas que querem obter sucesso.

REFERÊNCIAS

BACEN, Banco Central do Brasil - **Diagnóstico da Convergência às Normas Internacionais IAS 1 – Presentation of Financial Statements**. Disponível em: >http://www.bcb.gov.br/nor/convergencia/IAS_01_Apresentacao_das_Demonstracoes_Contabeis.pdf< Acesso em 24 de setembro de 2012.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino – **Metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 26. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1 (IASB – BV 2011). Disponível em: >http://www.cpc.org.br/pdf/cpc26_r1.pdf< Acesso em 01 de outubro de 2012.

CRC/PR, Conselho Regional de Contabilidade – Demonstrações Contábeis Aspectos Práticos Elaboração e Apresentação Conceitual de Acordo com o IFIRS. Disponível em: <www.manoel.pro.br/2011_demonstracoescontabeis.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2012.

EQUIPE CPCON – Balanço Patrimonial - Conceitos Básicos – Disponível em: ><http://www.cpccon.eng.br/gestao-patrimonial/gestao-e-financas/balanco-patrimonial-conceitos-basicos/>< Acesso em 20 de setembro de 2012.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de – Método e Metodologia na Pesquisa Científica. São Paulo: Difusão Editora, 2004.

GRUENFELD, Luíz Carlos – As Normas Internacionais de Contabilidade. Disponível em >www.cpc.org.br/noticias25.htm< Acesso em 28 de junho de 2012.

HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, José – Conversão das demonstrações contábeis. José Hernandez Perez Junior. 6º edição. São Paulo: Atlas 2005.

IFIRSBRAZIL.COM – Estrutura Conceitual – Objetivos das Demonstrações Financeiras e suas Características Qualitativas. Disponível em: ><http://ifrsbrasil.com/demonstracoes-contabeis/apresentacao/estrutura-conceitual-objetivo-das-demonstracoes-financeiras-e-suas-caracteristicas-qualitativas>< Acessado em 04 de outubro de 2012.

LANGONI, Cristina Amélia Fontes – Uma Visão da Contabilidade no Brasil. Disponível em: >www.faccaci.edu.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=105:uma-visao-da-contabilidade-no-brasil&catid=58:producao-docente&Itemid=91< Acesso em 20 de novembro de 2012.

LUNELLI, Reinaldo Luiz – A Padronização das Normas Contábeis. Disponível em: >http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/padronizacao_normas.htm< Acesso em 03 de outubro de 2012.

IFIRSS - Normas internacionais de relatório financeiro 2008: incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as interpretações tal como aprovadas em 1º de janeiro de 2008, Volume 1. São Paulo: IBRACON – Instituto dos Auditores independentes do Brasil, 2009.

NYAMA, Jorge Katsumi – Contabilidade Internacional. 1º edição. 5º reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de – Contabilidade Internacional: gestão de riscos, governança corporativa, contabilização de derivativos. Alexandre Martins Silva de Oliveira... [et al]. São Paulo: Atlas, 2008.

PORTAL DA CONTABILIDADE – NBC T 8 – Das Demonstrações contábeis Consolidadas. Disponível em: ><http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t8.htm>< Acesso em 04 de outubro de 2012.

PORTAL DA CONTABILIDADE – Balanço Patrimonial. Disponível em ><http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/balancopatrimonial.htm>< Acesso em 13 de setembro de 2012.

PORTELA, Ângela – Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 26; Apresentação das Demonstrações Financeiras. Disponível em: ><http://www.contabilidadeinternacional.com.br/index.php/comite-de-pronunciamentos-contabeis/pronunciamentos/59.html>< Acesso em 01 de outubro de 2012.

RIBEIRO, Osni Moura – Contabilidade Geral Fácil. 5º edição ampliada e atualizada, São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, André Luiz Tinoco de – **A importância das novas regras contábeis nas micro e pequenas empresas.** Disponível em: >www.classecontabil.com.br/artigos/ver/2114< Acessado em 02 de julho de 2012.

SÁ, Antonio Lopes de – **Fundamentos da Contabilidade Geral.** 1º edição (ano 2005), 2º tir. Curitiba: Juruá, 2006.

SANTOS, Elaine Cristina, **LIMA**, Robernei Aparecido de – **Principais Mudanças no Balanço Patrimonial Lei 11638/07.** Disponível em: ><http://www.artigonal.com/administracao-artigos/principais-mudancas-no-balanco-patrimonial-lei-1163807-611366.html>< Acesso em 24 de setembro de 2012.

SCHMIDT, Paulo – **Contabilidade Internacional Avançada.** Paulo Schmidt... [et al.] 2º edição. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Anderson Cardoso – **Balanço Patrimonial.** Disponível em: ><http://www.licitacaocontratacao.net.br/balanco>< Acesso em: 21 de setembro de 2012.